

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

CBN Goiânia 97.1 FM

TCE-GO faz determinações à Saúde após auditoria em política de imunização

.....

Tribunal de Contas do Estado de Goiás concluiu uma auditoria operacional na política estadual de epidemiologia e imunização com f

.....

TCE Goiás faz auditoria na política de epidemiologia imunização da Secretaria Estadual de Saúde

.....

CBN Goiânia

TCE conclui auditoria na política de epidemiologia e imunização da Secretaria estadual de Saúde | CBN-GO

.....

Assembléia Legislativa de Goiás

Pedidos de vista marcam reunião da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento desta 4ª-feira, 13 | Portal da Alego

.....

Jornal do Vale

Pedidos de vista marcam reunião da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento desta 4ª-feira, 13

.....

TCE-GO faz determinações à Saúde após auditoria em política de imunização

Auditoria do Tribunal de Contas na política de imunização do Estado resultou em recomendações para Secretaria Estadual de Saúde repórter Débora Marques acompanha o relatório do Tribunal de Contas do Estado aponta a necessidade de criar peças indicadores para reduzir perdas de vacinas e seguir padrões internacionais

Tribunal de Contas do Estado de Goiás concluiu uma auditoria operacional na política estadual de epidemiologia e imunização com foco no cumprimento das responsabilidades do Plano Nacional de imunização

tarde CBN apresentação Nathalia Lima e José Bonfim Olá muito boa tarde ótima quarta-feira para você são 2:05 hoje é dia 13 de agosto de 2025 estamos no ar ao vivo você acompanhando a partir de agora notícias que movimentam a nossa região estado de Goiás comigo Natália Lima também com José Bonfim Bonfim muito boa tarde uma ótima tarde para você Natália usou 20 sintonizados aqui com a gente 20 sintonizados aqui com a gente vamos aos destaques desta quarta-feira Tribunal de Contas do Estado de Goiás concluiu maldito e operacional na política estadual de epidemiologia e imunização com foco no cumprimento das responsabilidades do Plano Nacional de imunização e no apoio aos municípios segundo o auditor de controle externo do TCE Rafael Marcos de Lima Bedran responsável pelo pelo relatório a iniciativa surgiu a partir de uma proposta da rede integrar coordenada pelo tribunal de contas da União Tribunal de Contas da União a motivação foi a queda da cobertura vacinal em Goiás nos últimos anos acentuada após a pandemia de covid-19 a motivação ela teve diversos pontos é o principal é a pedra principal é a queda da cobertura vacinal que a gente estava observando no país né a gente teve por exemplo a cobertura da Polly que saiu de Vitória 100% em 2012 para 73,1 2017

TCE Goiás faz auditoria na política de epidemiologia imunização da Secretaria Estadual de Saúde

agora 2:18 informações com a Daniela versiani TCE faz auditoria na política de epidemiologia imunização da Secretaria Estadual de Saúde a motivação foi a queda na cobertura vacinal em Goiás nos últimos anos o Tribunal de Contas do Estado de Goiás concluiu uma auditoria operacional na política estadual de epidemiologia e imunização com foco no cumprimento das responsabilidades do Plano Nacional de imunização e no apoio aos municípios segundo o auditor de controle segundo o auditor de controle externo do TCE Rafael Marques de Lima responsável pelo relatório a iniciativa surgiu a partir de uma proposta da rede integrar coordenada pelo tribunal de contas da união e teve motivação na queda da cobertura vacinal em Goiás nos últimos anos acentuada após a pandemia de covid-19 a motivação ela teve diversos pontos em 2012 para 73,1 2017 especialmente isso fico bem acentuado após academia América para adequar a rede de frio fornecer equipamentos de proteção individual implementar procedimentos de calibração periódica de instrumentos de controle térmico e reforçar o controle de estoque incluindo a apuração de eventuais divergências foram também recomendadas a criação de indicadores e metas para perdas de vacinas e observância de padrões internacionais bem como das metas do PNI o auditor Rafael Marcos de Lima destacou ainda que apesar das recomendações que apesar das recomendações Goiás não apresenta descumprimentos graves ou falhas na execução da política mundial Curitiba a gente tem quedas também como todo o país está sendo feito um trabalho né inclusive de campanha essa dessa conscientização e inclusive Este é o grande é o grande benefício que esse trabalho traz né com uma auditoria operacional apenas na regularidade na conformidade do as leis né pode oferecer informações e de dados enfim parâmetros internacionais para ajudar os gestores públicos a tomarem melhores decisões a Secretaria Estadual de Saúde informou que está analisando os documentos e não concedeu entrevista a CBN solicitou Notas Sobre como acesso pretende cumprir as determinações do TCE e aguarda retorno Daniela vece Anne CBN e ela vê Ciane CBN Goiânia

TCE conclui auditoria na política de epidemiologia e imunização da Secretaria estadual de Saúde | CBN-GO

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) concluiu uma auditoria operacional na Política Estadual de Epidemiologia e Imunização, com foco no cumprimento das responsabilidades do Plano Nacional de Imunização (PNI) e no apoio aos municípios.\nSegundo o auditor de controle externo. Raphael Marcos de Lima Bedran, responsável pelo relatório, a iniciativa surgiu a partir de uma proposta da Rede Integrar, coordenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e teve motivação na queda da cobertura vacinal em Goiás nos últimos anos, acentuada após a pandemia de Covid-19.\nO TCE determinou que a Secretaria de Estado da Saúde (SES) apresente, em até 60 dias, um plano de ação com medidas para adequar a Rede de Frio, fornecer equipamentos de proteção individual, implementar procedimentos de calibração periódica de instrumentos de controle térmico e reforçar o controle de estoque, incluindo a apuração de eventuais divergências.

Pedidos de vista marcam reunião da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento desta 4ª-feira, 13 | Portal da Alego

Pedidos de vista marcam reunião da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento desta 4ª-feira, 13

Sob o comando do deputado Wagner Camargo Neto (Solidariedade), a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), reuniu-se de forma ordinária na tarde desta quarta-feira, 13, para a deliberação de matérias.

O encontro, no entanto, foi marcado por pedidos de vista do deputado Antônio Gomide (PT) a relatórios apresentados à Casa de Leis por órgãos do Poder Executivo.

Quatro deles (nº 1852/20, nº 4913/21, nº 2065/22 e nº 531/23) dizem respeito à prestação de contas anual do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) referente aos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 e tiveram seus relatórios pela aprovação.

Já a manifestação apresentada pela deputada Rosângela Rezende (Agir) ao processo nº 16989/24, da Secretaria de Estado da Saúde (SES), foi pelo arquivamento da proposta, que diz respeito ao relatório 102023-COMACG.

Votações

Apenas dois relatórios foram acatados no colegiado, sendo um com parecer pela conversão em diligência e outro pela rejeição da proposta. Protocolado sob o nº 17172/24, o relatório da SES retorna à própria pasta com a aprovação do parecer da deputada Rosângela Rezende à diligência.

A rejeição foi ao projeto de lei nº 1118/23, de autoria do deputado Karlos Cabral (PSB), cujo intuito é instituir incentivo fiscal em favor de pessoas físicas e jurídicas de direito privado para a realização de projetos jurídicos.

De acordo com o texto do projeto de lei, serão contempladas pessoas físicas e jurídicas de direito privado, domiciliadas há no mínimo três anos no Estado de Goiás, para a realização de projetos turísticos que visem: promover o livre acesso às fontes de turismo e o pleno exercício dos direitos turísticos; fomentar a produção turística goiana, com a utilização majoritária de recursos humanos locais; difundir bens, produtos, ações e atividades turísticas de valor universal no Estado de Goiás; promover o marketing turístico a nível regional, nacional e internacional; promover a qualificação de recursos humanos diretamente relacionados ao mercado de turismo.

O parecer contrário foi manifestado pelo deputado Lineu Olimpio (MDB).

Distribuição de matérias

A reunião contou, ainda, com a distribuição das seguintes matérias à relatoria:

18014/25 - autoria da Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública - Relator: Alessandro Moreira (PP)

17823/25 - autoria da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - Relator: Cristiano Galindo (SD)

19094/25 - autoria da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - Relator: Lineu Olimpio

18533/25 - autoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) - Relator: Antônio Gomide

Pedidos de vista marcam reunião da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento desta 4ª-feira, 13

Sob o comando do deputado Wagner Camargo Neto (Solidariedade), a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), reuniu-se de forma ordinária na tarde desta quarta-feira, 13, para a deliberação de matérias.

O encontro, no entanto, foi marcado por pedidos de vista do deputado Antônio Gomide (PT) a relatórios apresentados à Casa de Leis por órgãos do Poder Executivo.

Quatro deles (nº 1852/20, nº 4913/21, nº 2065/22 e nº 531/23) dizem respeito à prestação de contas anual do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) referente aos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 e tiveram seus relatórios pela aprovação.

Já a manifestação apresentada pela deputada Rosângela Rezende (Agir) ao processo nº 16989/24, da Secretaria de Estado da Saúde (SES), foi pelo arquivamento da proposta, que diz respeito ao relatório 102023-COMACG.

Votações

Apenas dois relatórios foram acatados no colegiado, sendo um com parecer pela conversão em diligência e outro pela rejeição da proposta. Protocolado sob o nº 17172/24, o relatório da SES retorna à própria pasta com a aprovação do parecer da deputada Rosângela Rezende à diligência.

A rejeição foi ao projeto de lei nº 1118/23, de autoria do deputado Karlos Cabral (PSB), cujo intuito é instituir incentivo fiscal em favor de pessoas físicas e jurídicas de direito privado para a realização de projetos jurídicos.

De acordo com o texto do projeto de lei, serão contempladas pessoas físicas e jurídicas de direito privado, domiciliadas há no mínimo três anos no Estado de Goiás, para a realização de projetos turísticos que visem: promover o livre acesso às fontes de turismo e o pleno exercício dos direitos turísticos; fomentar a produção turística goiana, com a utilização majoritária de recursos humanos locais; difundir bens, produtos, ações e atividades turísticas de valor universal no Estado de Goiás; promover o marketing turístico a nível regional, nacional e internacional; promover a qualificação de recursos humanos diretamente relacionados ao mercado de turismo.

O parecer contrário foi manifestado pelo deputado Lineu Olimpio (MDB).

Distribuição de matérias

A reunião contou, ainda, com a distribuição das seguintes matérias à relatoria:

18014/25 ? autoria da Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública ? Relator: Alessandro Moreira (PP)

17823/25 ? autoria da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás ? Relator: Cristiano Galindo (SD)

19094/25 ? autoria da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás ? Relator: Lineu Olimpio

18533/25 ? autoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) ? Relator: Antônio Gomide

Fonte: Assembleia Legislativa de GO